



Identidade! é licenciada
sob uma Licença Creative Commons.

**RACISMO ECONÔMICO E
CULTURAL: COLONIALIDADE E
MODERNIDADE EXCLUDENTE NO
BRASIL**

**ECONOMIC AND CULTURAL
RACISM: COLONIALITY AND
EXCLUDING MODERNITY IN BRAZIL**

Jorge Luiz Ayres Gonzaga

Doutor em Educação pela Universidade La Salle/Canoas. Mestre em Reabilitação e Inclusão e Licenciado em História pelo Centro Universitário Metodista IPA. Contato: jl.ayresgonzaga@yahoo.com.br

Clemildo Anacleto da Silva

Doutor em Ciências da Religião pela UMESP-SP. Mestre em Educação/Universidade Lasalle/Canoas. Graduado em Filosofia pela PUC-RS. Docente do Centro Universitário Metodista IPA. Contato: clemildo.anacleto.silva@gmail.com

Resumo: O presente texto procura discutir as condições da construção dos processos de desigualdade na educação advinda da exploração de mão de obra escrava nas Américas, e sobretudo, na América Latina e no Brasil. Propõe-se fazer uma análise crítica da Colonialidade e Modernidade no que se refere ao processo de exclusão social e a negação do acesso ao conhecimento dessas populações ao longo da história. Destaca as origens tanto da exclusão social, sob o aspecto econômico, bem como os aspectos culturais e ideológicos que justificaram a exploração das mãos de obra indígena e negra na formação da Europa e as consequências indelévels que marcaram as condições atuais das populações Latino-Americanas e, sobretudo brasileira. A metodologia que serviu de caminho para construção deste texto é fundamentada no processo dialético de interpretação dos fenômenos sociais a partir de textos de autores reconhecidos sobre a temática abordada.

Palavras-chave: Colonialidade e Modernidade. Racismo. Capitalismo. Educação.

Abstract: This text seeks to discuss the conditions for the construction of processes of inequality in education arising from the exploitation of slave labor in the Americas, and especially in Latin America and Brazil. It is proposed to carry out a critical analysis of Coloniality and Modernity with regard to the process of social exclusion and the denial of access to knowledge for these populations throughout history. It highlights the origins of both social exclusions, under the economic aspect, as well as the cultural and ideological aspects that justified the exploitation of indigenous and black labor in the formation of Europe and the indelible consequences that marked the current conditions of the Latin American populations and, especially Brazilian. The methodology that served as the path for the construction of this text is based on the dialectical process of interpreting social phenomena from the texts of recognized authors on the subject addressed.

Keywords: Coloniality and Modernity. Racism. Capitalism. Education.

Introdução

Esse artigo procura analisar, criticar e problematizar fatores que influenciaram a sociedade Latino-Americana e os processos constitutivos definidos por Quijano e Mignolo como Colonialidade e Modernidade. Nesse sentido, procura-se trazer à tona elementos constitutivos tanto do desenvolvimento da Europa e das Américas e, em particular da América Latina e especificamente do Brasil no que tange a relação entre conquista, colonização, exploração, escravismo, raça e as origens das desigualdades sociais que afetam nossa sociedade. Assim sendo, fizemos um breve recorte sobre a origem econômica e culturais que estruturaram o escravismo como fonte de renda como dupla face, a ser: a exploração do trabalho escravo como mão de obra e no tráfico negreiro que se fundamentou pelos altos índices de lucratividade. O tráfico negreiro teve participação significativa dos estados europeus e, em particular da Inglaterra. Entretanto, o escravismo não possuiu simplesmente sua face comercial. O escravismo precisou ser justificado na esfera cultural por intermédio de ideologias que cristalizassem o pensamento da burguesia europeia e das classes dominantes de nações conquistadoras como Espanha e Portugal.

Neste contexto, a escravidão não pode ser constituída somente no plano econômico. A escravidão precisou de fundamentos de legitimação para as elites escravocratas e de um conjunto de ideias que legitimassem a condição de escravidão como uma condição natural da espécie humana. É nesse nível de construção ideológica, com desdobramentos no nível cultural, que se elaborou um conjunto de ideias, princípios e concepções que justificassem por parte das elites europeias a escravidão de outro ser humano e que ao mesmo tempo justificasse ao escravizado a sua condição de inferioridade biológica e, sobretudo, intelectual. As consequências do processo de expropriação das riquezas naturais e humanas pelas sociedades europeias sobre as sociedades nativas das Américas deixou marcas profundas em nossa sociedade. Na sociedade brasileira podemos ver com muita clareza os processos de segregação racial impostas aos indígenas e negros sendo hoje impostos as classes populares¹.

¹ SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.; ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. [Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro]. São Paulo: Pólen, 2019.

Na atualidade latino-americana e brasileira podemos perceber com clareza os grupos sociais que se tronaram – sem qualquer opção – os herdeiros do processo de escravidão, exploração, segregação e das desigualdades sociais. A partir desta compreensão podemos perceber que as classes populares das Américas, tanto as herdeiras dos povos nativos e daquelas que vieram da África, continuam na mesma linha histórica produzidas pela necessidade europeia de apropriação das riquezas humanas e matérias necessárias a acumulação primitiva de capitais que foram vitais ao desenvolvimento do capitalismo. Essas marcas deixadas nas populações marginalizadas das Américas pelo modo de produção capitalista na esfera econômica, cultural e ideológica, ainda hoje continuam produzindo processos de exclusão social e como elemento fundamental para reprodução do capital. Nesse contexto, esse processo de exclusão nos parece estar bem longe de ser superado.

Racismo, Escravidão: os princípios na Modernidade/Colonialidade

Já há um bom tempo as questões relacionadas ao racismo e a exclusão são objeto de inúmeras reflexões e análises críticas desde o final do século XIX ao início do XXI². Não nos restam dúvidas, a partir dos estudos realizados por diversos pesquisadores, que o racismo como o conhecemos hoje é um processo anacrônico dentro do processo de desenvolvimento da humanidade tanto no que se refere a dimensão econômica quanto na dimensão cultural das sociedades escravocratas³. Ambas as dimensões acima citadas possuem um entrelaçamento profundo e duradouro até a atualidade nos países em que a escravidão serviu de base econômica e de construção de ideologia cultural para sustentar um sistema econômico sustentado na exploração humana e paradoxalmente o que é contrário aos preceitos Iluministas defendidos pela burguesia europeia.

² Sem dúvidas nenhuma as discussões sobre a escravidão e a abolição do trabalho escravo vem sendo problematizada desde a Independência do Estados Unidos da América do Norte e da Revolução Francesa. Entretanto no Brasil essa discussão somente toma corpo com o movimento abolicionista a partir do século XIX.

³ Conforme Aníbal Quijano, o racismo na América está umbilicalmente relacionado ao processo de Colonialidade, de estruturação do modo de produção Capitalista e da Modernidade como elementos fundantes da formação da Europa e da realidade Americana e, em particular, da América Latina. PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo (Orgs.). *Aníbal Quijano: Textos de fundación*. Buenos Aires: Del Siglo, 2014.

O contexto e a justificativa econômica e ideológica das nações escravocratas europeias se alicerçou em dois pontos fundamentais que se expressam como: a) na necessidade de produzir os recursos necessários para inversão do capital no processo de industrialização das nações europeias capitaneadas pela Inglaterra e os Países Baixos, em particular a Holanda e, b) na justificativa ideológica da supremacia branca e da civilização europeia sobre as outras populações do globo terrestre⁴. Discutindo esses dois aspectos, o econômico e o ideológico que se desdobram e se cristalizaram na dimensão cultural, Williams destaca que no contexto colonial:

[...] Quando se adota a escravidão, não se trata de uma escolha em detrimento do trabalho livre; simplesmente não há escolha. As razões da escravidão, escreveu Gibbon Wakerfield, 'são condições não morais, e sim econômicas; dizem respeito não ao vício e à virtude, e sim à produção'.⁵

Nesta perspectiva, concordamos com Williams que situa a escravidão como processo histórico necessário ao desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista. O escravismo desferido contra o indígena e o negro não estava sustentados no fato de ambos possuírem os vícios da vadiagem, da indolência, da preguiça, da falta de inteligências e outras tantas justificativas desairosas. Sobretudo, a escravidão se deu sobre as populações, indígenas e negras africanas, por possuírem de fato as características positivas e fundamentais necessárias ao trabalho como instrumento característico da própria condição de "humanidade". Portanto, é a relação dos humanos com a natureza e outros humanos que promove a construção das condições materiais e imateriais necessárias a existência humana. Ou seja, para a produção de riquezas materiais era necessário que esses indivíduos fossem inteligentes, hábeis, forte fisicamente e moralmente, criativos e extremamente produtivos. Se assim não o fossem esses grupos de indivíduos não seriam adequados

⁴ Aqui vale um singelo apontamento. Quando a escravidão esteve centrada na exploração dos povos europeus sobre os povos indígenas e negros e, em determinada dimensão nos povos asiáticos, a escravidão foi justificada no plano ideológico pelo darwinismo social, ou seja, na superioridade civilizacional, na superioridade cultural e religiosa, sobretudo, na religião Católica apesar de Cristãos como Bartolomé de Las Casas criticarem já no início do processo de conquista, exploração e colonização a exploração de mão de obra indígena na América Espanhola. Nesse contexto de conquista, exploração e colonização das Américas e, em particular da América Latina alicerçada na compreensão de superioridade racial, não houve contraponto por parte dos europeus ou crítica contundente ao processo moderno do escravismo. Entretanto, quando o mesmo conceito de superioridade racial foi utilizado por Hitler sobre grupos populacionais europeus como judeus, ciganos e outras minorias o conceito de raça foi severamente combatido, não obstante o apoio que o nazismo e o fascismo obtiveram das nações europeias no início desse nefasto período histórico da humanidade. LAS CASAS, Bartolomé de. *Brevíssima relação da destruição das Índias: o paraíso destruído – a sangrenta história da conquista da América espanhola*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

⁵ WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 33.

ao trabalho produtivo. Nessa perspectiva o trabalho na condição de escravidão está alicerçado nessas características biológicas e intelectuais positivas e que são fundamentais a necessidade de alta produtividade modo de produção capitalista⁶. Destacamos também, que houve a necessidade econômica da utilização de mão de obra escrava na colonização e exploração das Américas em virtude da baixa população europeia do século XVI que não propiciava o deslocamento migratórios das metrópoles para suas colônias na América.

Portanto, se a cultura das grandes plantações de açúcar, tabaco, algodão em terras americanas foi o início do processo decorrente da conquista, o desenvolvimento sob a perspectiva desse modelo de exploração serviu ao acúmulo de capital e a inversão de capitais necessário ao desenvolvimento do capitalismo europeu. Desta maneira, o escravismo foi elemento fundante não somente da constituição das nações americanas, mas, e, sobretudo, na própria configuração da Europa moderna. Porém, a dimensão econômica não se esgota em si mesma, pelo contrário, ela necessita de instrumentos de convencimento e legitimação para que o processo de exploração se sustente e seja naturalizado como uma condição individual e social inata. Esse arcabouço cultural e ideológico legitimador da exploração de um ser humano por outro ser humano na condição de escravidão, que já havia sido substituída pela servidão na Europa Ocidental, teve que engendrar esforços significativos para sua legitimação tanto no nível econômico quanto cultural. Esses esforços se deram, sobretudo, na necessidade de acumulação primitiva de capital necessário ao processo de industrialização por intermédio do tráfico negreiro e a exploração da mão de obra que auferiam grandes lucros de forma duplamente rentáveis.

O paradoxo é que o liberalismo que se fundamentou em larga escala histórica na contestação, na crítica e na desconstrução dos fundamentos econômicos, políticos, culturais e religiosos da sociedade medieval aristocrática e estamental, não aplicou os princípios Iluministas em relação as populações conquistadas. Assim, o liberalismo, recupera do período anterior ao medievo, ou seja, na Antiguidade Clássica, a prática do escravismo sob a tutela e o mascaramento sob a égide do cientificismo moderno. Mas a base econômica não se faz suficiente à legitimação da escravidão na

⁶ GONZAGA, Jorge L. A.; REIS, Jonas T.; AZEVEDO, José C. Razão e raça: uma construção da Modernidade e Colonialidade no processo de colonização da América. In: SILVA, Clemildo A. da; AÇO, João P R. Rodrigues [in memoriam] (Orgs.). *Relações Étnico-Raciais e a descolonização do pensamento*. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2018.

Modernidade. Precisa-se de uma ideologia legitimadora desse “novo” modo de produção como havia ocorrido nos modos de produção anteriores ao capitalismo (servidão, escravidão).

Neste sentido, Williams destaca que: “[...] A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário o racismo foi consequência da escravidão. O trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, branco, preto e amarelo; católico, protestante e pagão”⁷. Ou seja, o conceito de racismo somente foi concebido pela mão cruel das nações imperialistas europeias quando o processo de escravidão foi implantado nas Américas⁸. Essa também é a compreensão de Quijano⁹ e Mignolo¹⁰. Ou seja, o conceito de raça é posterior ao início do processo de escravidão. Desta forma, a estruturação teórica e conceitual de racismo é posterior as necessidades do modo de produção capitalista e as necessidades de acumulação primitiva de capitais. A teoria proposta por Darwin serviu como uma luva para construção do conceito de darwinismo social do século XIX. Mas se a economia não é o único ponto fundante do escravismo na Modernidade, o aspecto cultural e ideológico desempenha papel determinante na legitimação do escravismo e do racismo. Prossegue Willians referindo-se a escravidão indígena, e isso não difere da escravidão negra, afirmando que:

[...] Acostumados a uma vida de liberdade, a constituição física e o temperamento dos índios não se adaptavam bem aos rigores da escravidão nas fazendas (*plantations*)¹¹. Como escreve Fernando Ortiz: ‘Submeter o índio às minas, ao seu trabalho monótono, insalubre e pesado, sem senso tribal, sem ritual religioso [...] era como lhe tirar o sentido da vida. [...] Era escravizar não só sua carne, mas também seu espírito coletivo’¹².

Nesse contexto, os modelos de organização produtiva são diametralmente opostos. A organização produtiva indígena se baseava fundamentalmente no sistema de subsistência. Nessa organização produtiva os seres humanos fazem parte da natureza e somente retiram dela o necessário a existência do grupo social e não visam

⁷ WILLIAMS, 2012, p. 34.

⁸ Se compreendemos a história como processo dialético a escravidão que se estabelece no binômio Colonialidade/Modernidade é um processo anacrônico e não seria condizente nem como o Mercantilismo e muito menos o Capitalismo que necessita do trabalho assalariado para poder obter mais valia na exploração do trabalho e lucro na venda dos produtos as classes trabalhadoras.

⁹ PALERMO; QUINTERO, 2014.

¹⁰ MIGNOLO, Walter. El lado más oscuro del Renacimiento. *Universitas Humanisticas*, Bogotá, n. 67, p. 165-203, ene./jun. 2009.

¹¹ Plantation (e planters) entendido como sistema de produção em grandes propriedades rurais, baseado na monocultura extensiva de produtos agrícolas voltados para exportação.

¹² WILLIAMS, 2012, p. 35.

a produção de excedentes¹³. Nesse sentido, é completamente o oposto do modo de produção capitalista que objetiva a produção de excedente e ao consumo sistemático e indefinido das mercadorias e produtos. Obviamente que o modelo europeu mercantilista, visando o lucro comercial das vendas de produtos, acabou por gerar resistências das populações indígenas de todas as Américas.

Um breve contexto do escravismo na América Latina

A escravidão em muito ultrapassou o aspecto econômico. Sem dúvida e por ironia da história, a escravidão desenvolvida no processo de Colonialidade/Modernidade foi em direção contrária a toda concepção filosófica e ideológica proposta pelo Iluminismo. Neste sentido, as luzes, como pensaram Rousseau, Diderot, Voltaire, D'Alambert, somente iluminaram a Europa. A América e, sobretudo, a América Central e do Sul, que viviam seu desenvolvimento econômico e cultural iluminados pelo deus Sol, foram colocadas na escuridão pela conquista, exploração e colonização. Aníbal Quijano, com muita propriedade, destaca um episódio em que Pizarro é convocado a retornar ao Panamá quando se encontra na Colômbia na Isla del Gallo; o conquistador espanhol nega-se a retornar. Segundo o autor, Pizarro: “Se recusa a voltar, saca sua espada, traça uma linha na areia da ilha, atravessa-a para o sul e lança sua famosa *arenga*: Lá, para o norte, quem quer ser pobre. Por aqui, ao sul, quem quer ser rico”¹⁴. (Tradução da revisão).

A percepção de Pizarro nos demonstra que as riquezas, em sua compreensão, estavam nas novas terras conquistadas e não nas terras europeias. Portanto, o desenvolvimento material segundo o conquistador estava no “Sul”. Aqui não havia a miséria e escassez de alimento como ocorria sistematicamente na Europa. As riquezas naturais eram abundantes e os metais preciosos não tinham o

¹³ Devemos destacar que as comunidades nativas da América não estava todas elas no mesmo nível de desenvolvimento econômico, político, social, cultural e religioso. Essa pluralidade era uma das características fundamentais dessas populações. Entretanto, eles não objetivavam a produção de excedentes com forma de enriquecimento individual como o preconizado pelo capitalismo centrado na propriedade privada e exploração do trabalho pelo capital.

¹⁴ No original: “Se niega a regresar, saca su espada, traza una raya en la arena de la isla, la cruz a hacia el Sur, y lanza su famosa arenga: Por allí, al Norte, los que quieren ser pobres. Por aquí, al Sur, los que quieren ser ricos”. QUIJANO, Aníbal. La crisis del horizonte de sentido colonial/moderno/eurocentrado. *Revista Casa de Las Américas*, Cuba, n. 259/260, p. 4-15, abr./sep. 2010, p. 7. Disponível em: <http://www.casadelasamericas.org/publicaciones/revistacasa/260/bicentenario.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

mesmo valor de uso daqueles que lhes eram atribuídos no continente europeu. A abundância de recursos naturais e humanos foram decisivos para o desenvolvimento europeu no qual já estava em curso a implementação do modo de produção capitalista a partir do mercantilismo comercial. Conforme Quijano:

[...] O capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado. Sem relação clara com essas específicas características históricas do capitalismo, o próprio conceito 'moderno sistema-mundo' desenvolvido, principalmente, por Immanuel Wallerstein (1974,1989), Hopkins e Wallerstein (1982) a partir de Prebisch e do conceito marxiano de capitalismo mundial, não seria apropriada e plenamente entendido.¹⁵

Essa concepção teórica coloca por terra a concepção construída pela Europa de que é a cultura e a organização produtiva que desencadearam o desenvolvimento econômico europeu. A concepção corrente é de que a Europa obteve o protagonismo mundial devido as suas raízes gregas e romanas associadas ao desenvolvimento "natural" do devir europeu. Prossegue o autor peruano afirmando que:

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os *modernos* da humanidade e da sua história, isto é, como o *novo* e ao mesmo *tempo* o mais *avançado* da espécie. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas [...]¹⁶

Esses dois aspectos do desenvolvimento humano, o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo a compreensão de serem detentores de uma herança em relação a espécie humana, fez com que a Europa Ocidental construísse sua história em dois pilares: o capitalismo e o racismo. Portanto, o binômio capitalismo e racismo construído sobre a conquista, exploração e colonização das Américas fundamentaram o conceito de modernidade europeia e que acabou por se alastrar por todo o globo terrestre a partir da "colonialidade do saber e do poder".

Precisamos destacar que o conceito de trabalho produtivo, fragmentado, com produção de excedente e na exploração do capital sobre o trabalho, embasaram tanto

¹⁵ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In: A COLONIALIDADE DO SABER: EUROCENTRISMO E CIÊNCIAS SOCIAIS. PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS.* Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142, p. 120. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 28 maio 2019.

¹⁶ QUIJANO, 2005, p. 122.

o desenvolvimento econômico europeu como o processo de justificação ideológico do racismo. Ou seja, se para Marx o trabalho é atividade essencial no ser humano e para o ser humano e no qual se apresenta a criatividade, a solidariedade e a fraternidade humana, a escravidão é um modelo racional e necessário de exploração do trabalho pelo capital.

Se por um lado o trabalho era separado em trabalho intelectual e trabalho manual desde a Grécia Clássica, no medievo essa separação se deu entre a nobreza que não exercia as atividades produtivas manuais que no feudalismo eram executadas exclusivamente pelos servos. Como nos coloca a clássica divisão social do feudalismo o “clero reza”, o “nobre luta” (defende a sua propriedade agrária) e o “servo trabalha”¹⁷. Desta maneira, se por um lado existe a necessidade de mão de obra para a exploração das riquezas do Novo Mundo, essa mão de obra manual, braçal, não pode ser a mão de obra da nobreza. Como a população europeia tem baixa densidade demográfica, portanto, a mão de obra de trabalhadores europeus não era suficiente para ocupação e exploração das riquezas. Nesse contexto, a mão de obra indígena¹⁸ e posteriormente a mão de obra escrava negra se tornaram a opção rentável nos primórdios da acumulação primitiva de capital necessária ao desenvolvimento do capitalismo.

Na esfera da exploração do trabalho Quijano nos demonstra a importância do trabalho forçado para formação econômica europeia e dominação colonial sobre os povos conquistados na esfera produtiva e simbólica. Afirma o autor que:

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, a pesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se.¹⁹

Isso nos leva a compreender que o processo de “Colonialidade” e “Modernidade” são as duas faces da mesma moeda assim como são os conceitos de raça e trabalho. Essa marca indelével deixou, e ainda deixa, profundas cicatrizes não

¹⁷ Vale como pequena nota destacar que no modo de produção característico do feudalismo não existe mobilidade social. A posição social dos indivíduos era definida pelo nascimento.

¹⁸ A mão de obra indígena não foi substituída pela mão de obra negra em função da inaptidão do indígena ao trabalho forçado e sistemático. A substituição deveu-se acima de tudo pelo genocídio das populações indígenas.

¹⁹ QUIJANO, 2005, p. 118.

curadas nas sociedades colonizadas pela modernidade eurocentrada. Entretanto, as formas de escravidão indígenas e negra africana não se deram da mesma forma. Se os indígenas eram considerados pelo catolicismo como a “infância da humanidade” e foram defendidos pelos jesuítas, os povos negros africanos não obtiveram a mesma sorte. Além, da distância imposta pelo Atlântico, seus elos de solidariedade familiar ou étnica eram desfeitos com a escravidão. Destaca o autor que:

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento tem sido excepcionalmente bem-sucedido.²⁰

Neste sentido, não podemos negar que o trabalho realizado nas colônias conquistadas e exploradas teve um papel decisivo naquilo em que a Europa se tornou, ou seja, o poder irradiador da exploração econômica e do trabalho humano. Prossegue o autor evidenciando que:

A privilegiada posição ganhada com a América pelo controle do ouro, da prata e de outras mercadorias produzidas por meio do trabalho gratuito dos índios, negros e mestiços, e sua vantajosa localização na vertente do Atlântico por onde necessariamente, tinha de ser realizado o tráfico dessas mercadorias para o mercado mundial, outorgou aos brancos uma vantagem decisiva para disputar o controle do comércio mundial [...]²¹

Portanto, se o binômio “Colonialidade” e “Modernidade” definiram a Europa como ela é na atualidade, os processos históricos de desigualdade e exclusão social definiram as características fundamentais das nações colonizadas da América Latina e que, portanto, possuem suas origens nas relações de conquista e exploração que a Europa impingiu ao Novo Continente e, em particular, naqueles povos conquistados, explorados e colonizador por Espanha e Portugal²². Perceber as marcas desses processos em nossas estruturas sociais é decisiva para que possamos compreender as condições atuais da América Latina e Caribe no contexto mundial. Até hoje essas nações são percebidas como populações inaptas ao desenvolvimento econômico e ao padrão civilizatório europeu. Ainda hoje somos vistos como “bárbaros” que não

²⁰ QUIJANO, 2005, p. 119.

²¹ QUIJANO, 2005, p. 119.

²² QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciências Sociais*, Catalunya, v. XLIV, n. 4, 1992.

conseguem seguir os padrões da civilização europeia e de suas raízes gregas e romanas.

Se a América Latina e Caribe sofrem desse estigma imputado a nossa população, no Brasil nos parece que essas condições de desigualdade, exclusão e a imputação as classes herdeiras da escravidão e da exclusão são mais profundas e radicais. Essa profundidade e radicalidade expressa-se, sobretudo, na distribuição das riquezas produzidas justamente pelo trabalho árduo dessas populações.

Alguns apontamentos e reflexões sobre a escravidão no Brasil

Se o processo de escravidão marcou indelevelmente a América, no Brasil as cicatrizes deixadas pelo escravismo indígena e negro se cristalizou tão profundamente que até os dias atuais não conseguimos superar nem as causas e muito menos as consequências. As consequências do escravismo no Brasil quando miradas na perspectiva epistemológica deixaram marcas profundas na elaboração de saberes populares e não reconhecidos pelos padrões importados da Europa. A construção do conceito de miscigenação demonstra, mesmo que não queira, o preconceito racial na sociedade brasileira.

A miscigenação é uma característica da formação da população brasileira²³. Segundo o autor pernambucano a estrutura colonial brasileira proporcionou a miscigenação da nossa população, sem, evidentemente, possuir características peculiares que podem ser consideradas de caráter positivo e negativo na nossa sociedade. Destaca Freyre que:

[...] A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação [...]²⁴

Nesse contexto o próprio processo de miscigenação ocorreu em bases excludentes e de maneira que estabelecesse a reprodução hierárquica originárias da sociedade portuguesa e europeia. Prossegue o autor:

²³ FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

²⁴ FREYRE, 1981, p. LX.

[...] A índia e anegra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil [...] ²⁵

As considerações realizadas pelo autor transparecem que a miscigenação no Brasil e em todas as nações que exploraram mão de obra indígena e negra africana não ocorreu de maneira pacífica, mas sim de maneira arbitrária e violenta. Essa miscigenação se construiu acima de tudo pela força do mais forte sobre o mais fraco.

Em alguns grupos específicos com maior incidência e em outros grupos com menor. Se no período colonial e imperial a escravidão era legalizada e suas causas não eram visíveis, porém, as consequências eram vistas “à olhos nus” na formação social da sociedade brasileira. A partir da abolição legal da escravidão procurou-se “produzir” a concepção de que a escravidão estava superada e que a sua utilização como modelo de exploração havia sido superada como num passe de mágica com a promulgação da Lei Áurea em 1888.

Apresentaremos um pequeno exemplo de como as consequências do processo de escravidão e a sua utilização como instrumento de dominação ocorre por intermédio da “Colonialidade do saber e do poder” e como se expressa nas salas de aulas. Durante uma aula no Ensino Médio, o professor perguntou aos educandos o que eles pensavam sobre as “cotas raciais” para acesso ao Ensino Superior. Uma das educandas se mostrou contra e argumentou que “*sua colega que era negra possuía as mesmas qualidades que ela para se desenvolver intelectualmente*” e, portanto, conseguir acessar o Ensino Superior por “*conta própria*”. Prosseguiu-se a discussão e a maioria dos educandos concordou com a colega afirmando que a colega negra possuía as mesmas qualidades que eles e que entre eles não havia nenhuma diferença. Foi gratificante perceber que no momento atual da vida dos educandos não cabia o conceito de diferença e principalmente hierarquia entre raças na espécie humana e que eles no fundo acreditavam sinceramente que todos nós éramos iguais, negros, brancos, pardos.

O grande equívoco desta percepção é que os estudantes retiraram a historicidade do processo de escravidão. Quando se colocou em pauta o processo histórico que envolvia a escravidão os estudantes tiveram muita dificuldade em

²⁵ FREYRE, 1981, p. LX.

compreender que as condições que envolveram a vinda do colonizador, do nativo e que foi colonizada e dos negros que foram trazidos pela força das terras africanas eram diferentes e estavam em posição de antagonismo entre o colonizador e colonizado. Para os estudantes que viviam na sua contemporaneidade não havia separação entre negros e brancos e, portanto, não percebiam o racismo em nossa sociedade.

Essa compreensão nos mostra lateralmente o quanto o racismo estrutural está enraizado em nossa sociedade. Nos percebemos como pessoas sem concepções ou práticas racistas e ao mesmo tempo manifestamos cotidianamente nosso racismo que se cristalizaram nas nossas estruturas sociais²⁶. Conforme o autor:

[...] Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratam de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como 'normais' em toda sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas, escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais.²⁷

Essa é a percepção que no “senso comum” percorre a mente de muitas pessoas que não aplicam de maneira consciente a discriminação racial, porém, estão encharcados da historicidade do processo racial legitimador da escravidão. Não se dão conta da própria discriminação racial que perpassa a totalidade da sociedade brasileira. A própria concepção elaborada por Gilberto Freyre²⁸ se mostra um instrumento usado e manipulado pelas elites para mascarar o racismo e a exploração da mão de obra e da espiritualidade negra, indígena e que hoje compõe a cultura brasileira em todas as suas formações e deformações na esfera econômica, política, social, cultural, religiosa e estética da nossa sociedade.

A escravidão no Brasil e sua herança na educação

O Brasil, assim como a colonização espanhola nas Américas, teve características particulares em relação a experiência Britânica na América do Norte, sobretudo, nas treze (13) colônias inglesas. Devemos destacar que a Inglaterra já

²⁶ ALMEIDA, 2019.

²⁷ ALMEIDA, 2019, p. 48.

²⁸ FREYRE, 1981.

havia constituído no seu processo histórico as bases do capitalismo, como por exemplo, a partir do cercamento dos campos e das medidas que colocaram limites ao poder da nobreza real britânica. Ao contrário das coroas espanholas e portuguesas que ainda possuíam um enraizamento muito forte nas concepções ideológicas que formavam o pensamento e a cultura da nobreza alicerçadas na herança dos privilégios materiais e espirituais pelo nascimento e na imobilidade social entre os grupos societários. Essas configurações produtivas e sociais estavam aliadas as concepções religiosas, e, portanto, de concepção de mundo, da Igreja Católica que foi o ponto de coesão entre todas as populações que outrora fizeram parte do antigo Império Romano do Ocidente. Ou seja, as concepções emanadas pelos dogmas do catolicismo foram o elo de coesão que estruturou as sociedades europeias durante o medievo.

Essa herança aristocrática²⁹ e nobiliárquica herdadas por Portugal e Espanha marcou de maneira indelével a história da conquista, da exploração e colonização da América Latina. Esse ponto de junção entre uma sociedade fundamentada nos conceitos de aristocracia, nobreza, imobilidade social e o trabalho visto como negativo, refletem até os dias atuais em nossas estruturas sociais. Se por um lado, os ingleses foram criar o paraíso na América do Norte, por outro lado, os portugueses e espanhóis já encontraram o paraíso pronto³⁰.

Os ingleses foram exilados no norte da América e não lhes foi dado a possibilidade de retorno ao Velho Continente. Já o objetivo dos portugueses era fazer fortuna o mais rápido possível nas terras de “além-mar” e retornar para Portugal no intuito de usufruir das riquezas auferidas na exploração do Brasil. O princípio da exploração das riquezas e da não permanência dos portugueses nas terras brasileiras foi uma das características intrínsecas do não desenvolvimento do Brasil. Nota-se que logo após aportar no Brasil, Portugal não se preocupou em explorar e ocupar as novas terras conquistadas em nome Del Rei.

²⁹ Sempre é bom lembrar que a palavra “aristocrata” se origina do grego “*aristós*”. Um superlativo da palavra grega *agathós* (bom, de boa qualidade). Portanto, *aristós* significa excelente, muito bem, o melhor, perfeito. Referia-se aqueles que se acreditavam ser os “melhores” socialmente.

³⁰ Referente à discussão sobre a conquista do paraíso é interessante ver o documentário intitulado Lutas.Doc episódios 1, 2, 3, 4, 5. BURITI Filmes. Lutas.doc – Guerra Sem Fim? | Episódio 1. Youtube, 26 nov. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xAFBaccbAkw>. Acesso em: 21 jan. 2020.

Os primeiros colonos portugueses eram degredados da coroa. Somente quando outros povos europeus perceberam as riquezas da natureza e, em especial, do pau brasil, Portugal se viu numa contingência de ocupação imediata da nova terra. Desde o início a mão de obra utilizada na exploração da colônia foi a mão de obra nativa baseada em uma relação de exploração. Essa exploração se caracterizou pela concessão na dimensão do “privado” daquilo que pertencia ao rei, a nobreza. Ou seja, a concepção de “rés pública” não foi o elemento fundante e nem poderia ser em uma sociedade alicerçada na monarquia. Entretanto, a concessão daquilo que era propriedade do rei ao setor privado expressado sobretudo pela nobreza e alta burocracia, constitui uma falta de compreensão do conceito de mercantilismo que permeava o Estado Nacional Absolutista e a acumulação primitiva de capital tão necessária ao desenvolvimento do capitalismo sob a égide industrial. Dessa maneira, todas as riquezas conquistadas e exploradas da América Latina foram servir de recursos para inversão no processo de industrialização inglês e dos países baixos.

Portanto, é sob o prisma da exploração mercantil sem objetivo industrial e alicerçado à concepção ideológica de uma aristocracia que, por lugar de nascença, deveria ocupar os melhores postos nas estruturas sociais do Brasil. Ao mesmo tempo essa mesma aristocracia estaria em condições sociais de usufruir de todos os privilégios que a exploração das riquezas da colônia pudesse auferir aos “melhores” da sociedade aristocrática. Foi articulação entre uma exploração baseada fragilmente no mercantilismo e na herança cultural de cunho aristocrata da sociedade portuguesa, que se estabeleceu os fundamentos da sociedade brasileira atual. Se em uma direção a sociedade se baseava nos privilégios advindas da posição ocupada no estrato social, em outra, se orientava pelo preconceito sobre o trabalhador(a) escravo(a) que foi a base das relações produtivas e das relações de produção entre trabalho e capital.

O agronegócio ao qual se procura dar ares de um setor de ponta da economia brasileira é produtor literalmente de “*commodities*” com baixo valor agregado e no latifúndio. A indolência e o desprezo pelo trabalho eram condições características do colonizador e não do colonizado. Essa característica de concentração da terra em latifúndios continua a definir as relações de produção desse setor em que a participação da natureza é elemento fundamental a produção de alimentos em grande escala e com tecnologia altamente mecanizada.

Não é bom se esquecer que o Brasil possui 521 anos de existência. Desses 521 anos 322 anos foi uma colônia portuguesa alçada à condição de reino unido em 1808. De 1822 a 1889 fomos um Império perfazendo um total de 389 anos de monarquia. Ou seja, mais de 74% da história do Brasil se deu sob uma monarquia, isto é, governo de um. Outro aspecto importante para compreendermos nossas estruturas sociais e a composição ideológica de nossa população e, em particular da nossa elite marcada e manchada pelos conceitos de aristocracia e do escravismo, é que em 388 anos de nossa história, nossas relações de produção estiveram alicerçadas de maneira cruel na utilização de mão de obra escrava³¹ posto que a abolição da escravidão na nossa nação somente se deu em 1888³².

Portanto, se tornou impossível a sociedade brasileira não se desenvolver sob o paradigma da exclusão. Se por um lado o Brasil e sua população sofre as consequências do capitalismo selvagem, por outro, acolhe em seus braços 388 anos de sofrimento e exclusão. Além dos fatores da exploração do trabalho frente ao capital, em nossa sociedade se construiu a concepção de cunho ideológico que permanece cristalizado de que um grupo social é melhor que os outros a partir da sua posição de nascença. A elaboração do conceito de raça pela ciência moderna sob a tutela do capital e do ideário de superioridade centrada na hierarquia, classificação e mérito entre os indivíduos, também foi um elemento de convencimento social e legitimação da escravidão. Jessé de Souza nos aponta que todo o desprezo, crueldade e preconceito que nossa elite aristocrática depositava sobre o povo escravizado, hoje nossa elite, que se considera promotora e representante do ideário burguês, (ideário esse com características profundamente aristocráticas) descarrega sua fúria e preconceito sobre a nossas classes populares³³. Segundo o autor: “Nada muito

³¹ SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário de escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

³² Devemos destacar que o processo da abolição legal da escravidão não representou a libertação dos povos escravizados. Somente deu a eles a condição legal de livres, mas os colocou definitivamente e historicamente à margem da sociedade brasileira permeados de toda a espécie de preconceito e de exclusão social até os dias atuais.

³³ Aqui não podemos deixar de fazer referências as chamadas classes médias que servem de instrumentos ideológicos a “pseudo” burguesia brasileira. Os membros desse grupo social por força das estruturas ideológicas percebem-se a si mesmo naquele devir que gostariam de alcançar, ou seja, o de serem burgueses. Não percebem que esse futuro não pode lhes ser alcançados porque essa elite do atraso precisa desse grupo social justamente para fazer o papel de algoz das classes populares. Como apontou Paulo Freire não podemos nos libertar das correntes de nossos opressores e a partir desse momento nos tornarmos opressores de outros oprimidos. SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho*. Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. São Paulo: Estação Brasil, 2018.; SOUZA, 2017.

diferente de nossos dias nesse particular. O ódio ao pobre hoje em dia é a continuação do ódio devotado ao escravo de antes”³⁴.

Esse apontamento realizado pelo autor se faz importante porque coloca o processo histórico de escravismo no Brasil como ponto central para entendermos nosso contexto cultural e ideológico da sociedade atual. O escravismo como modo de produção que se estabeleceu no Brasil até final dos regimes monárquicos, tanto no período colonial e no imperial, não deixou marca profundas somente no campo econômico, mas, sobretudo, na construção identitária e ideológica de nossa nação.

Grande parte de nossa classe média e da nossa elite encara a pobreza como se a pobreza fosse uma opção social das classes populares. É como se todo dia ao amanhecer as pessoas desfavorecidas pela desigualdade social e exploração do trabalho pelo capital, possuíssem a faculdade de escolher se querem ser pobres e passar as agruras da falta de condições materiais de existência, ou querem ter supridas todas as condições daquilo que é necessário à sua sobrevivência com dignidade. Não se escolhe se se quer ser pobre ou rico. Entretanto, podemos realizar a escolha se queremos ser generosos ou egoístas. Prossegue o autor demonstrando que:

Quando as classes médias indignadas saíram às ruas a partir de junho de 2013, não foi, certamente, pela corrupção do PT, já que os revoltados ficaram em casa quando a corrupção dos outros partidos veio à tona. Por que a corrupção do PT provocou tanto ódio e a corrupção de outros partidos é encarada com tanta naturalidade? É que o ódio ao PT, na realidade, foi o ódio devotado ao único partido que diminuiu as distâncias sociais entre as classes no Brasil moderno. A corrupção foi mero pretexto. Não houve, portanto, nos últimos 150 anos, um efetivo aprendizado social e moral em direção a uma sociedade inclusiva entre nós.³⁵

Nessa análise cabe um ponto de reflexão e inflexão que consideramos importante. Retomando a Freyre, lembramos que uma das possibilidades do oprimido é ter a necessidade e até mesmo a vontade de se tornar opressor. Em nossa sociedade tão marcada pela crueldade da exploração não somente do trabalho pelo capital, mas, sobretudo, pela construção ideológica de superioridade racial imposta pela própria legitimação da exploração capitalista das nações desenvolvidas, a necessidade de legitimar as “identidades” em cima do “outro” trouxe a nossa sociedade a estruturação de diferentes categorias de brasileiros. Isso significa afirmar

³⁴ SOUZA, 2017, p. 67.

³⁵ SOUZA, 2017, p. 67.

que mesmo em uma sociedade capitalista, que procura de maneira incoerente se fundamentar nos princípios liberais, mas que se estrutura de maneira monopolista, de cartelização e de falsa concorrência, nossas elites sociais não renunciaram a elementos da nobreza e da monarquia aristocrática que fizeram parte de nossa nação.

No Brasil no período colonial e imperial se constituiu uma nobreza tipicamente terratenente³⁶ espelhada distorcidamente na nobreza europeia e particularmente portuguesa. Ainda hoje procuramos destacar personagens de nossa cultura social com títulos de nobreza, como por exemplo: Pelé, o rei do futebol, não obstante haver no futebol príncipes, imperadores; Roberto Carlos, o rei da música, em outros ritmos musicais rainha do axé, rainha do sertanejo, rei e rainha do *funk*, do pagode; nas escolas de samba rainha de bateria, ou seja, todos querem fazer parte da nobreza e ninguém quer fazer parte do “povo”. Nesse caso, vejo que as religiões de matriz africana resgatam o lugar do oprimido, uma vez que algumas figuras se destacam como: o Preto-velho, a mãe preta, o índio, o caboclo, a criança etc. fazem parte dessa população não idealizada sob a perspectiva de nobreza.

Nesse contexto socio-histórico a cor da pele passou a ter um sentido e um significado fundamental na construção das nossas relações sociais. Nessas relações sociais a questão econômica se legitimou a partir do conceito de raça. O capitalismo renunciou aos pressupostos liberais em função da acumulação de capitais para inversão no seu processo de desenvolvimento tecnológico e produtivo. Ou seja, os princípios Iluministas não sobreviveram a ganância do capital e de seus agentes.

Entretanto, no Brasil houve um condicionante social particular e específico que foi a contribuição segregacionista alicerçado na superioridade intelectual herdada por nascimento dos colonizadores e assumidas de maneira identitária pela elite terratenente, pelos segmentos burgueses e inclusive por nossa classe média. Essa assunção de valores de nobreza e burgueses por nossa classe média é único.

Até os dias atuais os classificados dos jornais de grande circulação estampam anúncios de empregos exigindo que as postulantes a função de empregadas domésticas morassem no emprego. Essa condição nos mostra a herança escravocrata de nossa sociedade, ou seja, da necessidade de um serviçal que fique

³⁶ Nesse sentido, é importante destacar os nomes dos nossos títulos nobiliárquicos característicos que são todos referentes a própria formação do Brasil e não a herança familiar como os títulos europeus. Os títulos da “pseudo” aristocracia brasileira eram comprados ou concedidos pelo imperador.

a disposição durante as 24 horas do dia e, se possível, nos fins de semana. Outra característica indelével assinalada por João Pedro Stédile, Lutas.Doc no episódio 01, (verificar nota de rodapé 30) é o fato do Brasil possuir nos edifícios de classe média alta o elevador de serviço para trânsito dos servidores domésticos e outros tantos que desempenham funções consideradas não prestigiosas. Corroborando nossa percepção podemos também citar notícia divulgada pelo site Diário do Centro do Mundo e pelo portal R7 da Rede Record em que as construtoras em Portugal estão sofrendo a demanda de construir prédios residenciais com dependências para empregadas serviçais³⁷.

Nesse contexto, a inclusão de empregados “domésticos” na legislação trabalhista realizada no governo de Dilma Roussef foi alvo de ferozes críticas pela classe média. A alegação da classe média de que essa inclusão prejudicaria a renda da família ainda erguia a falsa e hipócrita assertiva de que o acesso desses trabalhadores a legislação trabalhista geraria desemprego. Essa posição hegemônica nas classes médias da ideologia burguesa que por si só é além de constrangedora e preconceituosa, demonstra a ideologia de superioridade cultural, econômica, social, política expressada no racismo velado e estrutural. Esse foi sem dúvidas um dos fatores que fez com que a Presidenta Dilma Roussef caísse em desgraça frente a essa classe média e burguesa com ares de aristocracia. Porém, não foi somente isso que expressou esse preconceito e ódio social as classes populares. A utilização de transporta aéreo pelas classes populares usando com bem disse a esposa do “trapalhão” Didi “bermudas e chinelos” não é aceitável. Também não é aceitável filhos de trabalhadores como porteiros, pedreiros, carpinteiros terem filhos estudando em cursos superiores ou como disse, sem nenhuma “vergonha na cara” que o fizesse corar, que o dólar a preço baixo fazia com que as empregadas domésticas fossem passar as férias na Disney com seus rebentos.

Em nosso ideário de progresso social acabamos por reproduzir padrões gerados socialmente em nosso processo histórico e que na maioria das vezes nem

³⁷ WYLLYS, Jean. *Casa grande e senzala: para brasileiros, construtoras de Portugal incluem “área de serviço” aos imóveis. Diário do Centro do Mundo*, 14 fev. 2018. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/casa-grande-e-senzala-para-brasileiros-construtoras-de-portugal-incluem-area-de-servico-aos-imoveis-por-jean-wyllys/>. Acesso em: 21 jan. 2020.; GOUSSINSKY, Eugenio. Portugal: imóveis ganham quarto de empregada para agradar brasileiros. *R7 – Portal de Notícias da Rede Record*, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/portugal-imoveis-ganham-quarto-de-empregada-para-agradar-brasileiros-28032018>. Acesso em: 21 jan. 2020.

nos damos conta. A sociedade capitalismo que por sua própria configuração adotou o conceito de valorização do trabalho intelectual sobre o trabalho manual, estimula de maneira subjetiva, mas consistente a construção do individualismo e do consumismo exacerbado ao limite. Devemos desejar tudo que é possível comprar. E aquilo que não é possível comprar deve nos estimular no trabalho ao máximo possível para realizar esses desejos mesmo aqueles que são apenas uma quimera.

Nossa sociedade ficou tão desumanizada que podemos pedir uma refeição por aplicativo que vai ser entregue por um jovem de bicicleta num trabalho precarizado. É interessante perceber que quando um jovem casal consegue mobilidade social que lhes permite elevar seu nível social e poder de compra razoável, essa nova condição lhes permite ter acesso a três coisas que eles acreditam fundamental para seu futuro e conforto. As duas primeiras são quase que unânimes e não causam espanto. São elas: em primeiro lugar a casa própria, em segundo um automóvel e em terceiro lugar uma empregada doméstica, porque a partir desse momento as atividades domésticas que não possuem nenhum reconhecimento social passam a não fazer mais parte da realidade social e econômica desse casal. Fica parecendo que lavar, cozinhar, passar, limpar se tornam tarefas execráveis que destoam do novo “status” social.

Considerações finais

Procuramos no presente texto analisar alguns aspectos que podem servir de instrumentos de compreensão de nossa sociedade atual e das causas e consequências de nossa formação histórica e social. Procuramos mostrar que a sociedade brasileira se estruturou de maneira fundante no processo de exploração colonial praticado pelos europeus sobre o continente americano e, em particular, sobre a América Espanhola e a América Portuguesa. Essa exploração se deu acima de tudo em função do processo mercantil desenvolvido a partir da construção da Modernidade europeia centrada na exploração Colonial, ou seja, no binômio “Colonialidade” e “Modernidade”. Esse processo mercantil foi fundamental para o processo de inversão de capitais no desenvolvimento do capitalismo europeu e, sobretudo, na Inglaterra e nos Países Baixos. A produção mercantil característica desse período se deu no caso específico do Brasil centrado em dois aspectos

fundamentais: a exploração das riquezas naturais por intermédio do trabalho escravo indígena e negro.

A exploração do trabalho de povos escravizados agregou-se, no caso específico brasileiro, a construção identitária do colonizador no conceito de raça e, portanto, de superioridade racial do homem branco europeu tanto sobre o nativo das Américas, bem como dos nativos africanos. Essa construção societária possui características que ultrapassaram as configurações de exploração do trabalho pelo capital no âmbito da Europa e produziram características únicas na sociedade brasileira. Tal característica se deveu a identidade fundamentada na nobreza e na herança familiar, somadas a exploração econômica e ao desenvolvimento do conceito excludente de raça, que proporcionou a legitimação do preconceito racial.

Nesse sentido, acreditamos que a sociedade brasileira e o conjunto ideológico que representa a concepção de mundo da nossa elite foi atravessado por um lado pela lógica capitalista de acumulação de riquezas na esfera da vida privada e por outro, na concepção de superioridade racial devida à herança nobiliárquica articulada ao conceito moderno de raça.

Nesse contexto, a desconstrução do conjunto de ideias, ou seja, de ideologia que naturaliza os processos históricos brasileiros centrados na determinação do espaço ocupado pelos grupos sociais, pelo mérito do nascimento e da capacidade individual, deve ser combatido. Uma sociedade desenvolvida sobre a base da diversidade e solidariedade não pode estar fundamentada na concepção de que existe hierarquias qualitativas entre os seres humanos. Existe sim diversidade e especificidades entre os indivíduos que são frutos da historicidade de cada um. Entretanto, justificar e legitimar privilégios e exploração do “ser humano pelo ser humano”, em função da ganância de poucos, não pode efetivamente possibilitar a construção de uma sociedade que percorra o seu caminho de humanização.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. [Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro]. São Paulo: Pólen, 2019.

BURITI Filmes. Lutas.doc – Guerra Sem Fim? | Episódio 1. *Youtube*, 26 nov. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xAFBaccbAkw>. Acesso em: 21 jan. 2020.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

GONZAGA, Jorge L. A.; REIS, Jonas T.; AZEVEDO, José C. Razão e raça: uma construção da Modernidade e Colonialidade no processo de colonização da América. In: SILVA, Clemildo A. da; AÇO, João P R. Rodrigues [in memoriam] (Orgs.). *Relações Étnico-Raciais e a descolonização do pensamento*. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2018.

GOUSSINSKY, Eugenio. Portugal: imóveis ganham quarto de empregada para agradar brasileiros. *R7 – Portal de Notícias da Rede Record*, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/portugal-imoveis-ganham-quarto-de-empregada-para-agradar-brasileiros-28032018>. Acesso em: 21 jan. 2020.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Brevíssima relação da destruição das Índias: o paraíso destruído – a sangrenta história da conquista da América espanhola*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

MIGNOLO, Walter. El lado más oscuro del Renacimiento. *Universitas Humanisticas*, Bogotá, n. 67, p. 165-203, ene./jun. 2009.

PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo (Orgs.). *Aníbal Quijano: Textos de fundación*. Buenos Aires: Del Siglo, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A COLONIALIDADE DO SABER: EUROCENTRISMO E CIÊNCIAS SOCIAIS. PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 28 maio 2019.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciências Sociais*, Catalunya, v. XLIV, n. 4, 1992.

QUIJANO, Aníbal. La crisis del horizonte de sentido colonial/moderno/eurocentrado. *Revista Casa de Las Américas*, Cuba, n. 259/260, p. 4-15, abr./sep. 2010. Disponível em: <http://www.casadelasamericas.org/publicaciones/revistacasa/260/bicentenario.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário de escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho*. Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. São Paulo: Estação Brasil, 2018.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WYLLYS, Jean. *Casa grande e senzala*: para brasileiros, construtoras de Portugal incluem “área de serviço” aos imóveis. *Diário do Centro do Mundo*, 14 fev. 2018. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/casa-grande-e-senzala-para-brasileiros-construtoras-de-portugal-incluem-area-de-servico-aos-imoveis-por-jean-wyllys/>. Acesso em: 21 jan. 2020.